

PICUM TRIMESTRAL Outubro - Dezembro 2014

[FRONTEIRAS](#)

[NAÇÕES UNIDAS](#)

[DESENVOLVIMENTOS DA POLÍTICA EUROPEIA](#)

[DESENVOLVIMENTOS NACIONAIS](#)

[CUIDADOS DE SAÚDE](#)

[TRABALHO E CONDIÇÕES DE TRABALHO JUSTAS](#)

[MULHERES INDOCUMENTADAS](#)

[CRIANÇAS INDOCUMENTADAS E SUAS FAMÍLIAS](#)

[DETENÇÃO E DEPORTAÇÃO](#)

[PUBLICAÇÕES E OUTROS RECURSOS](#)

FRONTEIRAS

UE / Provedora de Justiça da UE lança uma investigação às Operações Conjuntas de Regresso da Frontex (JROs)

A Provedora de Justiça europeia, Emily O'Reilly, anunciou a 22 de Outubro de 2014, que o seu gabinete iniciou uma investigação sobre o modo como a Frontex assegura o respeito pelos Direitos Fundamentais, em contexto dos regressos forçados, levados a cabo no âmbito das Operações Conjuntas de Regresso da Agência (JRO). A Sra O'Reilly salientou que "pela sua própria natureza, as operações de regresso forçado detêm o potencial de poder envolver graves violações de Direitos Fundamentais. Com esta investigação, quero descobrir de que forma a Frontex está equipada a lidar com possíveis violações e de que forma minimiza o risco de tais violações." A carta da Provedora de Justiça está disponível [aqui](#).

Fonte: [European Ombudsman](#), Comunicado de imprensa n.º 20/2014, 22 de Outubro de 2014

FRANÇA / Envio de uma força policial adicional e protestos de solidariedade para com os migrantes indocumentados na cidade de Calais

Após o debate sobre o número crescente de migrantes com estadia irregular na cidade francesa de Calais ([ver o Bolletim da PICUM de 16 de setembro de 2014](#)), cada vez mais pessoas começam a expressar a sua solidariedade para com os migrantes através de protestos. Era esperado um número crescente de protestantes no Dia Internacional dos Migrantes, a 18 de Dezembro. Estes protestos levaram a um pedido de reforço policial adicional na cidade de modo a controlar a situação. O prefeito da região de Nord-Pas de Calais, Denis Robin, declarou que a estimativa da existência de 1.500 migrantes em Calais em finais de Agosto de 2014, aumentou para cerca de 2.200 em finais de Outubro de 2014. O influxo de novos migrantes, a maioria dos quais originários da Eritreia e da Etiópia, foi reportado como sendo uma fonte de tensão devido a irrupção de lutas entre comunidades migrantes.

Fontes: [Le Figaro](#), 18 de Dezembro de 2014; [France TV Info](#), 24 de Outubro de 2014; [Le Monde](#), 3 de Novembro de 2014

RELATÓRIO / Direitos fundamentais nas fronteiras terrestres e aéreas da União Europeia

A Agência para os Direitos Fundamentais da UE (FRA) lançou, a 11 de Novembro de 2014, dois relatórios focados no cumprimento dos direitos fundamentais nas fronteiras terrestres e aéreas da União Europeia. Ao analisar a gestão, os procedimentos e o controlo das fronteiras em cinco aeroportos internacionais e seis fronteiras terrestres, os relatórios salientam a necessidade de melhor formação dos guardas fronteiriços no modo como avaliam as circunstâncias individuais e de providenciarem informação adequada a pessoas sujeitas a controlos avançados ou a quem é negada a entrada na fronteira. O relatório "Fundamental Rights at Land Borders: Findings from Selected EU Border Crossing Points" está disponível [aqui](#). O relatório "Fundamental Rights at Airports: Border Checks at Five International Airports in the European Union" está disponível [aqui](#).

Fonte: [EU Agency for Fundamental Rights](#), 10 de Novembro de 2014

ESPANHA / Pedido para acabar com a alteração da lei que violaria os direitos humanos

Um grupo de 13 organizações dos direitos humanos escreveram uma carta ao Relator Especial das Nações Unidas para os Direitos dos Migrantes, François Crépeau, e ao Comissário do Conselho da Europa para os Direitos Humanos, Nils Muižnieks, apelando-os a pressionar o governo Espanhol para recuar numa proposta de emenda à Lei de Imigração Espanhola. A emenda proposta facilitaria a expulsão automática e coletiva de migrantes, refugiados e requerentes de asilo das fronteiras de dois enclaves Espanhóis no Norte de África, Ceuta e Melilla. Isto privaria os migrantes e os refugiados do direito a requerer asilo e exponharia-los ao risco de graves violações de Direitos Humanos. A Petição dirigida ao Ministro da administração interna espanhol e ao porta-voz do partido popular para impedir a emenda, pode ser assinada [aqui](#).

Fontes: [Amnesty International](#), Outubro de 2014 ; [Human Rights Watch](#), 30 de Outubro de 2014 ; [Europa Press](#), 30 de Outubro de 2014

REINO UNIDO / Grã-Bretanha não tomará parte nas buscas e salvamentos no Mediterrâneo

A 27 de Outubro de 2014, a nova Ministra dos Negócios Estrangeiros, 'Lady' Jocye Anelay, anunciou que a Grã-Bretanha não apoiará futuras operações de busca e salvamento levadas a cabo no Mediterrâneo de modo a prevenir a morte de migrantes nas fronteiras Europeias. Uma nova operação chamada Triton, liderada pela Frontex, a Agência Europeia de Fronteiras, teve início em Novembro de 2014. O Ministério dos Negócios Estrangeiros britânico argumentou que não participarão na Triton, reivindicando que as operações de busca e salvamento no Mediterrâneo se tornaram num "fator de atração" que encoraja as pessoas a migrarem para a Europa. As organizações para os direitos humanos condenaram a decisão do governo britânico por considerarem estas operações cruciais na prevenção de mais afogamentos em massa de migrantes.

Fonte: [The Guardian](#), 27 de Outubro de 2014

NAÇÕES UNIDAS / Novas orientações sobre os direitos humanos nas fronteiras internacionais

O Gabinete do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR) lançou os seus "Princípios recomendados e orientações sobre os Direitos Humanos nas Fronteiras Internacionais" ("Recommended Principles and Guidelines on Human Rights at International Borders") durante a 69ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, a 23 de Outubro de 2014. As orientações dirigem-se, entre outros, aos quadros jurídicos e políticos, assegurando os direitos humanos no salvamento e intercetação, triagem e entrevistas, assegurando o acesso a justiça, evitando a detenção, e o retorno ou o afastamento. Em referência aos migrantes irregulares, as orientações declaram que as medidas de abordagem a migração irregular não devem ser discriminatórias no seu propósito ou efeito. Para ver as orientações, clique [aqui](#).

NAÇÕES UNIDAS

NAÇÕES UNIDAS / Recomendação geral sobre dimensões relacionadas com o género no que respeita ao estatuto de refugiados, asilo, nacionalidade e apatridia de mulheres

O Comité das Nações Unidas sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) publicou, a 6 de Novembro de 2014, um conjunto de orientações sobre as dimensões relacionadas com o género no que respeita ao estatuto de refugiados, asilo, nacionalidade e apatridia de mulheres. O Comité disse que é crucial identificar e compreender as formas de perseguição relacionadas com o género, tais como a violência com base no género. O Comité reconheceu que, na prática, as formas de perseguição são muitas vezes avaliadas através da perspectiva das experiências masculinas, o que pode resultar numa avaliação incorreta de pedidos de estatuto de refugiado ou de proteção ou que até sejam mesmo rejeitados. Para mais informação sobre a Recomendação Geral n.º 32, clique [aqui](#).

NAÇÕES UNIDAS / Direitos das crianças indocumentadas e não-detenção no topo da agenda do 25º Aniversário da Convenção das Nações Unidas para os Direitos das Crianças

Os agentes dos direitos das crianças celebraram o Dia Universal dos Direitos da Criança e o 25º Aniversário da Convenção das Nações Unidas para os Direitos da Criança (UN CRC) a 20 de Novembro de 2014. O Comissário do Conselho da Europa para os Direitos Humanos pediu aos Estados que acabassem expedicionariamente e completamente a detenção de crianças imigrantes, como defendido pelo [Comité das Nações Unidas para os Direitos das Crianças](#). A urgente necessidade de acabar com a detenção de crianças imigrantes foi também defendida através das declarações conjuntas da sociedade civil da [Coaligação Global sobre Migração](#) (GCM) e da [Campanha para o Fim da Detenção de Crianças](#) (ECD). O Parlamento Europeu adotou uma resolução a propósito do aniversário da CRC a 27 de Novembro de 2014, a qual também inclui disposições em relação à proteção de todas as crianças e da integração dos direitos das crianças em toda a ação da UE. A decisão está disponível [aqui](#). O Conselho da União Europeia adotou um projeto de [Conclusões do Conselho](#) a 4 de Dezembro de 2014, no qual estabelece uma série de compromissos para assegurar que os direitos das crianças estarão protegidos em todas as áreas políticas relevantes para as crianças indocumentadas.

DESENVOLVIMENTOS DA POLÍTICA EUROPEIA

CONSELHO DA EUROPA / Comité Europeu dos Direitos Sociais emite decisão final sobre o caso CEC vs Holanda

Na sua decisão sobre o caso [Conferência das Igrejas Europeias \(CEC\) vs Holanda](#), emitida a 9 de julho de 2014 e divulgada a 10 de novembro de 2014, o Comité Europeu dos Direitos Sociais concluiu que o atual sistema de assistência social holandês viola os direitos dos migrantes indocumentados e que não está em conformidade com o Artigo 13.4 e o Artigo 31.2 da [Carta Social Europeia](#), referindo-se, respetivamente, ao direito à assistência social e médica e ao direito à habitação. O Comité decidiu que negar o acesso à habitação e a saúde a adultos migrantes sem recursos constitui uma violação da Carta Social Europeia. O Comité concluiu ainda que os Estados Partes da Carta devem fornecer abrigo adequado aos migrantes indocumentados, independentemente de estes terem sido intimados a abandonar o país.

Fonte: [Conselho da Europa](#), 10 de Novembro de 2014

CONSELHO DA EUROPA / Assembleia Parlamentar insta os Estados-Membros a aplicar leis proibindo a detenção de crianças migrantes

A Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa aprovou, a 3 de Outubro de 2014, a sua [Recomendação 2056](#) (2014), instando os Estados-Membros a introduzir e a aplicar leis que proibam a detenção de crianças por motivos de migração. A Assembleia declarou que a detenção de crianças por motivos de migração constitui uma "clara e inequívoca violação dos direitos das crianças". A Assembleia dirigiu-se em particular à Bélgica, Dinamarca, França, Hungria, Irlanda, Itália, Países Baixos e Reino Unido no sentido de fazer cumprir as leis para acabar com a detenção de crianças migrantes.

Fonte: [Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa](#), 6 de Outubro de 2014

UE / Sociedade civil exorta a UE e os seus Estados-Membros a incluir os migrantes e os alvos relacionados com a migração na Agenda Pós-2015 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Um grupo de organizações da sociedade civil enviou uma [carta](#) à Comissão Europeia, ao Parlamento Europeu e aos Estados-Membros da UE exortando-os a ter em conta a migração e os migrantes nas negociações da Agenda Pós-2015 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A carta destaca a preocupação das organizações da sociedade civil de que uma agenda impulsionada pelos interesses económicos e nacionais prevaleça sobre uma abordagem orientada da UE no sentido de uma política migratória baseada nos direitos humanos, que poderia de facto beneficiar os países de origem, trânsito e destino, bem como os próprios migrantes.

UE / Recomendações do CESE para melhorar a proteção das crianças migrantes

O Comité Económico e Social Europeu (CESE) adotou um relatório intitulado “Proteção internacional dos menores não acompanhados” no dia 15 de Outubro de 2014. Uma série de recomendações são também relevantes para as crianças indocumentadas, incluindo a de que os melhores interesses da criança devem ter precedência sobre todos os outros elementos de direito nacional e internacional; devem ser estabelecidos de acordo com as regras e normas das convenções internacionais de direitos humanos; e devem ser determinados por um organismo independente, não ligado às autoridades de imigração. O CESE sublinha que acabar com a detenção de crianças deve ser uma prioridade urgente, estejam elas ou não acompanhadas pelas famílias, e independentemente de qual seja o procedimento a que estejam sujeitas. O parecer está disponível para download em vários idiomas [aqui](#).

COMISSÃO EUROPEIA / Novo relatório sobre tráfico de seres humanos

Por ocasião do Dia Europeu contra o Tráfico de Seres Humanos, a 18 de Outubro de 2014, a Comissão Europeia apresentou um [relatório intercalar](#) sobre a estratégia da UE contra o tráfico no período de 2012-2016, acompanhado do [relatório estatístico](#) sobre as vítimas e traficantes para o período de 2010-2012. A Comissão reportou também sobre o uso da [Directiva](#) para emissão de autorizações de residência para as vítimas de tráfico de seres humanos provenientes de países externos à União Europeia. Entre 2010 e 2012 foram registadas 30.146 vítimas de tráfico nos 28 Estados-Membros da UE. 80% das vítimas registadas eram do sexo feminino e 16% eram crianças. Para ver um gráfico com os dados principais, clique [aqui](#).

Fontes: [Comissão Europeia](#), 17 de Outubro de 2014; [EU Observer](#), 20 de Outubro de 2014

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA / Conselho de Justiça e Assuntos Internos discute migração irregular

Como parte da reunião do Conselho da União Europeia, que teve lugar nos dias 4 e 5 de Dezembro de 2014, os ministros debateram a implementação das prioridades identificadas pela [Task Force para o Mediterrâneo](#) bem como as Conclusões do Conselho de 10 de Outubro de 2014 sobre “[Tomar medidas para melhor gerir os fluxos migratórios](#)”. O Conselho saudou o lançamento, a 1 de Novembro de 2014, da operação Triton, financiada pela UE, destinada a reforçar a vigilância das fronteiras no Mediterrâneo. O Conselho realizou ainda um debate sobre as ações realizadas em cooperação com países terceiros. Um resumo em vídeo do Conselho de Justiça e Assuntos Internos realizado em Bruxelas a 4 e 5 de Dezembro de 2014 está disponível [aqui](#).

Fonte: Conselho da União Europeia, [Comunicado de imprensa](#) (PRESSE 630 – PR CO 66), 4-5 de Dezembro de 2014

TRIBUNAL EUROPEU DOS DIREITOS HUMANOS / Sentença determina que Itália violou os direitos de migrantes em situação irregular

O Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (TEDH) determinou, a 21 de Outubro de 2014, que a Itália colocou em risco a vida de um grupo de migrantes em situação irregular quando os reenviou para a Grécia em 2009. Os 32 afegãos, dois sudaneses e um eritreu tinham embarcado em Patras, Grécia, chegando depois aos portos italianos de Ancona, Bari e Veneza, de onde foram diretamente enviados de volta para a Grécia, sem os procedimentos devidos. O Tribunal considerou que, na Grécia, os migrantes corriam o risco de serem devolvidos aos seus países de origem e que foram violadas várias cláusulas da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, incluindo uma falha no fornecimento de acesso ao procedimento de asilo.

Fontes: [BBC](#), 21 de Outubro de 2014; [EU Observer](#), 21 de Outubro de 2014

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA / Tribunal pronuncia-se sobre o direito dos migrantes de serem ouvidos em procedimentos de afastamento

Sobre o [Caso C249/13](#) (*Khaled Boudjlida vs Préfet des Pyrénées-Atlantiques*), o Tribunal de Justiça da União Europeia esclareceu no seu acórdão de 11 de Dezembro de 2014 a extensão do direito de um nacional de um país terceiro em situação irregular de ser ouvido, em consonância com as disposições da Diretiva de Retorno ([Directiva 2008/115](#)). O caso refere-se à queixa apresentada por Khaled Boudjlida contra o seu afastamento. Boudjlida, um nacional argelino que não realizou o pedido para a renovação da sua autorização de residência em França, depois da expiração do seu visto de estudante em finais de 2012, ficando assim em situação irregular e, após a apresentação de um pedido para se registar como empreendedor por conta própria, deparou-se com instruções de remoção. O Tribunal considerou que o direito de ser ouvido representa uma obrigação das autoridades nacionais de permitir que a pessoa em causa possa expressar o seu ponto de vista sobre as modalidades de retorno. O Tribunal esclareceu ainda que as autoridades nacionais não são obrigadas a divulgar ao nacional do país terceiro as informações em que se baseiam para justificar uma decisão de retorno. Finalmente, o Tribunal decidiu que as decisões de retorno podem sempre ser impugnadas por ação legal, a fim de garantir a proteção e o direito de defesa da pessoa em causa. O caso completo está disponível [aqui](#).

Fonte: Tribunal de Justiça da União Europeia, [Comunicado de imprensa n.º 174/14](#), Luxemburgo, 11 de Dezembro de 2014

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA / Decisão a favor dos direitos dos trabalhadores não documentados na Holanda

No seu acórdão de 5 de Novembro de 2014, no caso [C-311/13](#) (*O. Tümer v Raad van bestuur van het Uitvoeringsinstituut werknemersverzekeringen*), o Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) decidiu a favor da aplicação das proteções aos trabalhadores migrantes em situação irregular, estabelecidas pela [Directiva da UE sobre a insolvência dos empregadores](#). O Tribunal determinou que negar, aos trabalhadores indocumentados, os pagamentos retroativos quando o empregador se torna insolvente é "contrário aos objetivos sociais da Diretiva", clarificando assim que os Estados-Membros não podem recusar aplicar as garantias estabelecidas pela aquela Diretiva a migrantes não documentados.

Fonte: [Acórdão do Tribunal de Justiça \(Quinta Secção\) de 5 de Novembro de 2014](#), *O. Tümer vs Raad van bestuur van het Uitvoeringsinstituut werknemersverzekeringen*, caso C-311/13.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA / Julgamento sobre ordem de afastamento em França

O Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) emitiu a 5 de Novembro de 2014 a sua decisão sobre o [Caso C-166/13](#) (*Sophie Mukarabega vs Préfet de police e Préfet de la Seine-Saint-Denis*), relativo à queixa face a uma ordem de afastamento apresentada por Sophie Mukarabega, uma nacional do Ruanda, cujo pedido de asilo tinha sido recusado em 2012 pelas autoridades francesas. No seu acórdão, o Tribunal afirma que a legislação da UE não impõe às autoridades nacionais a obrigação de levar a cabo uma audiência específica relativa a uma decisão de retorno, nos casos em que uma decisão sobre a irregularidade da estadia e uma ordem de remoção sejam emitidos ao mesmo tempo. Notando que Sophie Mukarabega teve uma audiência sobre a sua permanência irregular e foi capaz de apresentar as suas observações sobre essa matéria, o Tribunal concluiu que a adoção de uma medida de afastamento pelas autoridades francesas não constituía uma violação do direito de ser ouvido consagrado na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.

Fonte: [Tribunal de Justiça da União Europeia](#), Comunicado de imprensa n.º 142/14, 5 de Novembro de 2014

DESENVOLVIMENTOS NACIONAIS

BÉLGICA / Cerca de 50 migrantes em situação irregular em greve de fome

A 17 de Novembro de 2014, um grupo de aproximadamente 50 migrantes indocumentados, incluindo oito mulheres, entraram em greve de fome em Bruxelas, Bélgica. O grupo pede pela reivindicação dos seus direitos e pela regularização da sua situação. Uma porta-voz do Gabinete de Estrangeiros Belga afirmou que uma greve de fome não leva, normalmente, a que o Gabinete fizesse alterações ao estatuto de migrantes.

Fonte: [DH.net](#), 23 de Novembro de 2014

ALEMANHA / Serviço Federal para a Imigração e Refugiados critica asilos da Igreja

Em resposta a um número crescente de asilos da Igreja na Alemanha, o presidente do Instituto Federal Alemão para a Imigração e Refugiados (Bundesamt für Migration und Flüchtlinge, BAMF), Manfred Schmidt, declarou, a 15 de Outubro de 2014, a existência de dúvidas em relação a utilização de forma responsável, por parte das Igrejas, do instrumento de prestação de asilo a imigrantes em situação irregular e a refugiados. Ele argumentou que a oferta de asilo por parte da igreja, não se deve a prestação de asilo a pessoas que o necessitam, mas de um modo geral deve-se ao questionar do sistema de Dublin. De acordo com os dados do [Consórcio Ecuménico Federal Alemão de Asilo na Igreja](#) (Ökumenische Bundesarbeitsgemeinschaft Asyl in der Kirche e.V., BAG), cerca de 245 pessoas encontraram abrigo em cerca de 136 congregações em todo o país em Setembro de 2014 em comparação com 62 pessoas em 34 asilos da igreja em Janeiro de 2014. O asilo nas igrejas tem uma longa tradição na Alemanha de garantir o direito de abrigo aos requerentes de asilo e migrantes em situação irregular. Fontes: [Die Welt](#), 16 de Outubro de 2014 ; [Deutschlandfunk](#), 23 de Outubro de 2014

IRLANDA / Novos dados sobre migrantes indocumentados na Irlanda

O Centro de Direitos dos Migrantes Irlanda (MRCI) publicou um novo estudo, a 26 de Novembro de 2014, sobre a vida dos migrantes indocumentados na Irlanda. Os dados recolhidos pelo MRCI e pelo grupo da campanha pela Justiça para os Indocumentados, revela que há entre 20.000 a 26.000 migrantes indocumentados que vivem no país atualmente. A grande maioria (81%) está na Irlanda há 5 ou mais anos. 87% dos migrantes indocumentados na Irlanda estão a trabalhar e mais de 86% entraram no país de forma regular e só depois se tornaram indocumentados.

Fontes: [Migrants Rights Centre Ireland](#) (MRCI), 26 de Novembro de 2014; [The Irish Times](#), 26 de Novembro de 2014

ESPAÑA / Campanha desafia o sensacionalismo dos meios de comunicação

A campanha da organização espanhola Red Acoge desafia a abordagem sensacionalista dos meios de comunicação em relação à migração. Com o termo 'Imigracionalismo' derivado de "imigração" e "sensacionalismo", a campanha lançou um site com informações e vídeos de modo aumentar a consciencialização sobre o problema. Para saber mais sobre a campanha, clique [aqui](#).

CUIDADOS DE SAÚDE

RELATÓRIO / Acesso aos serviços sociais e de saúde para os migrantes na Europa

A Eurodiaconia lançou o seu relatório de 2014 sobre a Migração intitulado "O acesso aos serviços sociais e de saúde para os migrantes na Europa: superando as barreiras" a 13 de Novembro de 2014. O relatório é baseado em pesquisas realizadas entre os membros da Eurodiaconia enquanto prestadores diaconais e eclesíacos de serviços sociais e de saúde. O relatório afirma que os principais desafios do aumento do racismo e da xenofobia para com os migrantes resulta da falta de vontade política para mudar políticas; obstáculos administrativos e jurídicos complicados e a não implementação, por parte dos Estados-Membros, dos direitos e liberdades da UE, dos tratados internacionais e das diretivas da UE. Para ler o relatório completo, clique [aqui](#).

ESPAÑA / CAMPANHA / Desafiando o acesso limitado a cuidados de saúde

A organização espanhola Red Acoge lançou uma nova campanha intitulada 'Yo elijo ser humano' ('Eu escolho ser um ser humano') a 3 de Dezembro de 2014. A campanha exige que o novo Ministro da Saúde Espanhol, o Sr. Alfonso Alonso, reverta o Decreto-Lei Real 16/2012. Desde da entrada em vigor do Decreto-Lei Real, mais de 800.000 imigrantes foram excluídos do acesso a cuidados de saúde. A fim de transmitir a sensação de marginalização e de vulnerabilidade sentida pelos migrantes, que estão a ser privados dos seus direitos a cuidados de saúde, Red Acoge colocou câmaras escondidas numa farmácia para captar a reação de clientes quando estes são informados pelo farmacêutico que os seus cartões de saúde foram destruídos. Para saber mais sobre a campanha e assinar a petição, clique [aqui](#).

Fonte: [Para Inmigrantes.info](#), 3 de Dezembro de 2014

REINO UNIDO / Esforços para combater o risco de fraude no Serviço Nacional de Saúde (SNS) compromete os valores do SNS e da Saúde Pública

Um relatório intitulado "Garantir o uso justo do SNS de forma eficiente e eficaz..." ("Ensuring fair use of the NHS efficiently and effectively..."). Do no Harm analisa os regulamentos do governo do Reino Unido para a cobrança pelo Serviço Nacional de Saúde (SNS) e as alterações propostas de melhoramento dos serviços. O relatório destaca os principais desafios para alcançar os objetivos do governo, e apresenta uma série de recomendações. Publicado por Demos e Médicos do Mundo, em Outubro de 2014, a análise aborda a viabilidade e os impactos das propostas, incluindo o funcionamento e a eficiência do SNS, em termos de alocação de recursos, bem como as implicações de custos de restringir o acesso aos cuidados de saúde primário, preventivo e curativo. O relatório também levanta questões relativas ao financiamento e a capacidade de gerir a nova infraestrutura informática que seria necessária para a implementação do regime de pagamento, bem como os impactos negativos da potencial ou da percebida partilha de dados entre o SNS e as autoridades de imigração sobre o acesso dos migrantes aos cuidados que eles precisam e aos quais têm direito. Ler o relatório [aqui](#).

TRABALHO E CONDIÇÕES DE TRABALHO JUSTAS

CAMPANHA / 'Usado na Europa': tráfico humano e exploração laboral

Por ocasião do Dia Europeu contra o Tráfico de Seres Humanos, a 18 de Outubro de 2014, La Strada International, a Rede Europeia contra o Tráfico de Seres Humanos, e 30 organizações parceiras de toda a Europa lançaram a campanha 'Usado na Europa: tráfico humano e exploração laboral no nosso continente'. A campanha estende-se aos consumidores, ao sector privado e aos governos de modo a abordar o tráfico humano, fornecendo um mapa interativo e números sobre o tráfico de seres humanos e exploração laboral em todo o continente europeu. Para ver a página da campanha, clique [aqui](#).

FILME / Novo documentário aborda a exploração dos trabalhadores domésticos

O documentário alemão 'Dringend gesucht – Anerkennung nicht vorgesehen' (Urgentemente desejado – sem reconhecimento providenciado), estreou com uma exibição a 25 de Novembro de 2014 em Hamburgo. O documentário partilha as histórias pessoais e de luta pelos direitos de vários trabalhadores domésticos migrantes que vivem na Alemanha e nos Países Baixos que sofreram exploração por parte dos seus empregadores. O documentário tem como objetivo lançar luz sobre a falta de direitos laborais dos trabalhadores domésticos e olha para as primeiras iniciativas para se organizarem e se juntarem a sindicatos. Mais informação sobre o documentário alemão, de Mónica Orjeda e Anne Frisius, está disponível [aqui](#).

ALEMANHA / Sindicalistas de esquerda querem integrar os migrantes indocumentados e refugiados em sindicatos

Uma nova aliança para direitos sindicais para refugiados e migrantes indocumentados foi fundada em Berlim, através da iniciativa do grupo unionista 'Ver.di aktiv' em Novembro de 2014. A iniciativa segue a ocupação por imigrantes indocumentados e refugiados da sede da Federação Sindical Alemã (DGB) em Setembro de 2014. A ação resultou na expulsão forçada dos ocupantes pela polícia no dia 2 de Outubro de 2014. Os defensores e alguns sindicalistas ficaram indignados com a expulsão forçada dos ocupantes. Em 2013, o serviço do sindicato dos trabalhadores Ver.di em Hamburgo receberam cerca de 300 migrantes indocumentados e refugiados. Fonte: [Neues Deutschland](#), 5 de Dezembro de 2014 ; [Ver.di aktiv](#), Novembro de 2014

MULHERES INDOCUMENTADAS

IRLANDA / Caso de mulher requerente de asilo destaca controvérsia em torno das leis do aborto na Irlanda

Um caso recente de uma mulher que veio para a Irlanda para pedir asilo em Março de 2014 e que queria fazer um aborto que foi negado e, conseqüentemente, foi submetida a uma cesariana para que o seu filho pudesse ser colocado a cuidado do Estado, provocou o aumento de solicitações para o acesso livre, seguro e legal do aborto para todas as mulheres que vivem e trabalham na Irlanda. Através de intérpretes, a mulher disse a um sem número de agências estatais que "preferia morrer" a prosseguir com a gravidez porque resultou de uma violação no seu país de origem. Na altura em que ela chegou aos cuidados de saúde na Irlanda, foi-lhe dito que

a sua gravidez já estava muito avançada para realizar um aborto. Ela começou por recusar alimentos e líquidos e depois de 40 horas a recusar líquidos, as autoridades de saúde propuseram de imediato uma cesariana. O bebé nasceu com 25 semanas colocado ao cuidado do Estado. Um relatório, alvo de fuga de informação, do Serviço Executivo de Saúde da Irlanda identificou "oportunidades perdidas" e descobriu que várias agências que lidaram com a mulher foram limitadas pela legislação. O caso é agora alvo de revisões.

Fontes: [Irish Independent](#), 2 de Novembro de 2014 ; [The Irish Times](#), 4 de Outubro de 2014 ; [The Irish Times](#), 11 de Outubro de 2014

EUA / CAMPANHA / Formação para mulheres indocumentadas que se encontram em relações abusivas

A cidade de Coachella na Califórnia lançou uma campanha em Outubro de 2014, em parceria com a organização 'Shelter from the Storm' e o Departamento do Xerife do Condado de Riverside para formar as mulheres migrantes sobre os seus direitos. [Shelter from the Storm](#) presta assistência a mulheres que sofrem violência doméstica. Muitas mulheres indocumentadas que trabalham nos campos da região também sofrem abusos sexuais. A campanha visa informar as mulheres sobre o acesso à proteção e ajudá-las no processo.

Fonte: [The Desert Sun](#), 26 de Outubro de 2014

CRIANÇAS INDOCUMENTADAS E SUAS FAMÍLIAS

EUROPA / Crianças de famílias migrantes desproporcionalmente em pobreza em consequência da recessão

O Boletim Inocenti 12 da UNICEF, intitulado 'Filhos da Recessão: O impacto da crise económica no bem-estar de criança em países ricos' viu que as respostas políticas seguidas à crise económica levou a um aumento na desigualdade em e entre os estados-membros da UE, onde as crianças em situações vulneráveis foram afetadas desproporcionalmente. O impacto da recessão nas crianças em famílias migrantes na Europa foi frequentemente maior do que em crianças das famílias não-migrantes. Enquanto as crianças não documentadas não são na maioria capturadas por estas estatísticas, as conclusões de que viver numa família migrante (definida como tendo pelo menos um adulto nascido fora da União Europeia) aumenta os riscos de pobreza da criança, indicando que as crianças não documentadas são provavelmente mais vulneráveis à pobreza, uma vez que elas enfrentam barreiras adicionais apresentadas por ter um estatuto irregular de residência. Transfira o relatório [aqui](#).

RELATÓRIO/ O que os Estados podem fazer para assegurar o respeito pelos melhores interesses das crianças desacompanhadas e separadas na Europa

Um novo relatório da UNICEF e da ACNUR visam apoiar os Estados a cumprir as suas responsabilidades de proteger os direitos e melhores interesses das crianças desacompanhadas e separadas na Europa. Intitulado 'São e Salvo', o relatório apresenta as principais salvaguardas e garantias processuais, assim como boas práticas, para assegurar de que os direitos das crianças desacompanhadas e separadas são reconhecidos e os melhores interesses respeitados no processo de chegada, acesso ao território, registo, reencaminhamento para sistemas de proteção de criança, processo de planeamento, aplicando o princípio de 'melhor interesse' em procedimentos de asilo e de imigração, identificando uma solução durável e a monitorização. Transfira o relatório [aqui](#).

RELATÓRIOS / Documentos da Política sobre a educação para crianças e jovens migrantes

A Rede SIRIUS sobre a educação de crianças e jovens com antecedentes de migração publicou uma [Agenda para a Educação Migrante na Europa e as recomendações de suporte para instituições de UE e para as autoridades dos Estados-Membros](#), apresentando uma visão da educação migrante e um conjunto de recomendações de políticas que aponta para a promoção de sistema de educação mais inclusivo. Leia a agenda aqui. A par da agenda, a rede SIRIUS e o Instituto de Política de Migração estão a lançar uma série de seis sumários de políticas. O primeiro, intitulado [Melhoramento da Política de Educação de UE: Construção de uma estrutura para ajudar os jovens de famílias migrantes a prosperar](#), fornece uma vista geral de como as políticas de educação podem ser melhoradas para crianças de famílias migrantes (migrantes de países fora de da União Europeia ou os filhos de tais migrantes). Todos os sumários estarão disponíveis (em inglês, francês, alemão e espanhol) [aqui](#).

DETENÇÃO E DEPORTAÇÃO

BÉLGICA / O Secretário de Asilo e Migração quer que crianças não documentadas e suas famílias sejam detidas

O novo Secretário de Asilo e Migração da Bélgica, Theo Francken, do partido nacionalista Nova Aliança Flamenga (N-VA) anunciou planos para a detenção de crianças não documentadas e suas famílias depois de começar a exercer as suas funções em Outubro de 2014. Além do mais, ele frisou que a capacidade das instalações de detenção necessita de ser aumentada consideravelmente e lançou críticas ao facto de que muitos migrantes irregulares são, alegadamente, libertados devido às capacidades de detenção limitadas na Bélgica. O seu anúncio foi criticado por organizações da sociedade civil e indivíduos que protestaram os planos e chamaram a atenção para as condições de detenção e violações de direitos humanos de migrantes e refugiados. O novo governo de belga foi jurado no dia 11 de Outubro de 2014 pelo Rei Philippe da Bélgica, após as eleições gerais em Maio de 2014.

Fontes: [RTBF](#), 13 de Outubro de 2014; [Notícia de Flanders](#) 13 de Outubro de 2014

FRANÇA / Migrante indocumentado prestes a ser premiado com uma medalha ou ser deportado

Em Setembro de 2014, Rachid J. salvou a vida de um homem que saltou da Pont-Neuf, uma ponte bem conhecida da cidade de Toulouse no Sul de França. No sentido de reconhecer a sua coragem, a prefeitura da região de Haute-Garonne tinha anunciado que ele receberia uma medalha pelas suas ações durante uma cerimónia pequena que tomaria lugar em Toulouse. No entanto, durante uma rusga de polícia a uma instalação ocupada ilegalmente, onde ele estava com um amigo em Novembro, Rachid J. foi detido pela polícia, que por conseguinte, descobriu que ele estava sem documentos e o transferiu para um centro de detenção nas proximidades, para deportá-lo de volta a Argélia, o seu país de origem. A organização La Cimade defende que ele deve obter uma autorização de residência pela sua ação heroica.

Fonte: [La Dépêche](#), 25 de Novembro de 2014

FRANÇA / As associações de direitos dos migrantes denunciam condições de detenção de migrantes no país

Em 18 de Novembro de 2014, cinco associações de direitos dos migrantes que prestam assistência a migrantes detidos em centros de detenção da França, apresentaram as conclusões do seu relatório anual conjunto. As cinco ONG, Assfam, Fórum-Réfugiés-Cosi, FranceTerre d'Asile, Cimade e Ordre de Malte, criticaram o governo atual por falta de reforma das políticas de detenção. O relatório afirma que durante o ano de 2013, mais de 45.000 migrantes foram colocados em detenção e entre eles, mais de 3.600 crianças, mostrando um aumento líquido no número de crianças detidas – de 2.700 em 2012 – apesar das promessas do presidente francês François Hollande em acabar com esta prática. As ONG também sublinharam numerosas violações dos direitos dos migrantes detidos. De acordo com o relatório, 54% deles são deportados sem controlo judicial no que diz respeito aos seus direitos fundamentais. O relatório está disponível [aqui](#).

Fonte: [La Croix](#), 18 de Novembro de 2014

GRÉCIA / Maus tratos contínuos dos migrantes irregulares em centros de detenção e esquadras de polícia

Em 16 de Outubro de 2014, a delegação da Convenção Europeia Contra a Tortura e outros Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes (OPCAT) publicou um [relatório](#) sobre as condições dos migrantes em situação irregular na Grécia. O relatório detalha visitas a 24 esquadras de polícia e de guarda de fronteira, nove centros de detenção e sete prisões por todo o país. O Comité denunciou numerosos casos de abuso físico de migrantes em esquadras de polícia e centros de detenção, e foi particularmente crítico das condições para as crianças desacompanhadas.

Fontes: [The Wall Street Journal's Brussels Blog](#), 16 de Outubro de 2014

ITÁLIA / Relatório sobre como migrantes não documentados podem desafiar ordens de expulsão e de detenção e aceder à justiça

Num relatório intitulado "' [Indocumentados' Justiça para Migrantes em Itália](#)", publicado em Outubro de 2014, a [Comissão Internacional de Juristas](#) (CIJ) apresenta uma análise legal das opções disponíveis aos migrantes não documentados para desafiar ordens de expulsão e de detenção na Itália. O relatório destaca as insuficiências do

sistema italiano em segurar o acesso a justiça e os direitos substantivos e processuais para migrantes não documentados a nível nacional.

Fonte: [Comissão Internacional de Juristas](#), 30 de Outubro de 2014

PUBLICAÇÃO / Open Access Now lança um livrete sobre a detenção de migrantes

A campanha do Open Access Now, exigindo mais transparência e visibilidade das realidades de detenção de migrantes, lançou um livrete intitulado 'The Hidden Side of Immigration Detention in Europe' ('O Lado Escondido da Detenção de Imigração na Europa') no dia 15 de Outubro de 2014. Com a visão de que a detenção de migrantes está a ser largamente institucionalizada e mantida a criminalização daqueles considerados indesejáveis, a publicação lança luz ao tratamento e condições dos migrantes em centros de detenção. Também responde ao relatório de avaliação da 'Diretiva de Retorno da UE' ([Diretiva 2008/115/EC](#)), publicado pela Comissão Europeia em 28 de Março de 2014, tendo como objetivos destacar as lacunas entre as realidades das vidas dos migrantes em tais centros e os princípios que a Diretiva alega defender em matéria do respeito pelos direitos humanos. O livrete está disponível em [inglês](#) e [francês](#).

PUBLICAÇÕES E OUTROS RECURSOS

TERMINOLOGIA / Um folheto que promove a linguagem correta disponível em holandês, italiano e grego

Um folheto de bolso que fornece razões para não usar o termo 'migrante ilegal', um vocabulário com traduções de 'migrante não documentado/indocumentado' e/ou 'migrante irregular' em todas as línguas de UE e uma visão geral das principais instituições que já se comprometeram em usar a terminologia correta relativamente a migrantes não documentados, está agora também disponível em [holandês](#), [italiano](#) e [grego](#). O folheto é a ferramenta importante da campanha 'Words Matter' ('Palavras Importam') que foi lançada pela Plataforma para a Cooperação Internacional sobre Migrantes Indocumentados (PICUM) em Junho de 2014, que defende o uso de uma linguagem justa na referência a migrantes não documentados. Para mais informações sobre a campanha, clique [aqui](#).